

GENTIL CORAZZA

MARX E O MARXISMO CRÍTICO DE POSTONE

Recebido em 15/05/2020

Aprovado em 14/08/2020

MARX E O MARXISMO CRÍTICO DE POSTONE

Resumo

O texto aborda a questão das fontes e da formação do pensamento de Marx, uma teoria crítica do capitalismo, e retoma o debate de Postone entre “marxismo tradicional” e “marxismo crítico”. Destaca-se a análise da formação do pensamento de Marx, que se deu através da reelaboração crítica de suas fontes, especialmente a crítica da economia política, processo em que vai elaborando seu próprio método de investigação. Muitos marxismos surgiram depois de Marx. Qual deles representa o verdadeiro pensamento de Marx? É interessante notar que Marx teria manifestado não se considerar um marxista. Aqui só tratamos de dois, que avaliamos serem os mais abrangentes. O marxismo tradicional define o capitalismo pela propriedade privada dos meios de produção, a dominação de classe, a apropriação do excedente e a luta de classes como o motor da história. Como decorrência, um sistema pós-capitalista definir-se-ia pela propriedade coletiva dos meios de produção, a substituição do mercado pelo planejamento, o fim da dominação de classe e da exploração do trabalho e a emancipação da classe trabalhadora como sujeito histórico e classe universal. Em contraposição, para o marxismo crítico, a principal forma de dominação não é a de classe, mas a dominação estrutural sistêmica, exercida pelo tempo do trabalho abstrato, origem, substância e medida do valor, e também objetivo e principal forma de riqueza da produção capitalista. É nesse contexto que devem ser entendidas as questões da propriedade, a dominação e a luta de classes, a exploração e a emancipação do trabalho. Em consequência, uma sociedade pós-capitalista deve abolir a dominação e a coerção sistêmica do trabalho abstrato, o capital e a produção de valor como principal forma da riqueza capitalista.

GENTIL CORAZZA

Economista, professor titular do Departamento de economia e relações internacionais da UFRGS. Foi pesquisador do CNPq nas áreas de História do pensamento econômico, Economia monetária e Metodologia e filosofia da ciência.

E-mail: gentilcorazza@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5382-5597>

Palavras-chave: Marx; marxismo; Postone.

Abstract

This text addresses the question of the sources and formation of Marx's thought, a critical theory of capitalism, and takes up Postone's debate between "traditional Marxism" and "critical Marxism". Many Marxisms arose after Marx. Which one represents Marx's true thought? It is interesting to note that Marx would have stated that he did not consider himself a Marxist. Here we only deal with two of them, which we consider to be the most comprehensive ones. Traditional Marxism defines capitalism by private ownership of the means of production, class domination, the exploitation and the class struggle as the engine of history. As a result, a post-capitalist system would be defined by the collective ownership of the means of production, the replacement of the market by planning, the end of class domination and the exploitation of labor and the emancipation of the working class as a historical subject and universal class. In contrast, for critical Marxism, the main form of domination is not that of class, but systemic structural domination, exercised by the abstract labor time, origin, substance and measure of value, and also objective and main form of wealth of capitalist production. It is in this context that the question of property, domination and class struggle, the exploitation and emancipation of labor must be understood. Therefore, a post-capitalist society must abolish the domination and systemic coercion of abstract labor, capital and the production of value as the main form of capitalist wealth.

Keywords: Marx; Marxism; Postone.

I. Introdução

O texto aborda a questão das fontes e da formação do pensamento de Marx, como uma teoria crítica do capitalismo, e retoma o debate de Postone entre o que denomina “marxismo tradicional” e “marxismo crítico”. Destaca-se a importância da análise da formação histórica do pensamento de Marx, que se deu através da crítica da filosofia idealista alemã e do socialismo utópico francês, mas, sobretudo, a partir da crítica da economia política inglesa, pois é nesse processo de análise crítica das fontes que ele vai elaborando seu próprio método de investigação e de exposição.

É também importante analisar o debate entre diferentes interpretações do pensamento de Marx, pois o mesmo explicita os elementos constitutivos do marxismo e suas controvérsias históricas. A disputa pela verdadeira interpretação do pensamento de Marx começou ainda quando Marx estava elaborando *O Capital* e ele manifestou não se considerar um “marxista” nos termos em que a expressão vinha sendo usada. Muitos marxismos surgiram depois de Marx, mas aqui vamos tratar apenas de dois, os mais amplos. O denominado “marxismo tradicional” explicita a visão de capitalismo definido por algumas variáveis fundamentais, como a propriedade privada dos meios de produção, a dominação da classe capitalista sobre a classe trabalhadora, visando a exploração pela apropriação do excedente, a luta de classes como o motor da história. Como decorrência, um sistema pós-capitalista definir-se-ia pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela substituição do mercado pelo planejamento, pelo fim da dominação de classe e da exploração do trabalho e pela emancipação da classe trabalhadora como sujeito histórico e classe universal.

Em contraposição, para o chamado “marxismo crítico”, a principal forma de dominação no capitalismo é a dominação estrutural sistêmica, exercida pelo tempo do trabalho abstrato, origem, substância e medida do valor, objetivo e principal forma de riqueza da produção capitalista. É neste contexto que devem ser entendidas a questão da propriedade, a dominação e a luta de classes, a exploração e a emancipação do trabalho. Em consequência,

uma sociedade pós-capitalista deve abolir a dominação e a coerção sistêmica do trabalho abstrato, sendo o capital entendido como relação social e a produção de valor como principal forma da riqueza capitalista.

Visando atingir esses objetivos, além desta introdução, o texto inclui, ainda, os seguintes tópicos: a trajetória intelectual, as fontes e a formação do pensamento crítico de Marx, os marxismos depois de Marx, os traços do marxismo tradicional e o marxismo crítico de Postone. No final, algumas críticas a Postone e uma breve síntese conclusiva.

2. Breve trajetória intelectual de Marx

Resgatar alguns traços da biografia e da trajetória intelectual de Marx é importante para compreender a formação e as características essenciais de seu pensamento crítico, o qual se forma a partir da crítica de suas principais fontes. A relação de Marx com essas fontes, a filosofia idealista alemã, o socialismo utópico francês e a economia política inglesa, é sempre uma relação crítica, realizada mediante o emprego do seu método dialético, em seus três momentos: negação, conservação e superação do objeto de análise.

Marx nasceu em 5 de maio de 1818, na cidade de Trier, e morreu em Londres, em 14 de março de 1883. O pai de Marx, Heinrich, um advogado judeu, convertido ao protestantismo, era antimonarquista, leitor dos filósofos iluministas e adepto de idéias liberais e democráticas, razão pela qual, na casa de Marx, reinava um ambiente de discussão em torno de teóricos iluministas e liberais, como Voltaire e Rousseau. Marx recebeu influências também de seu sogro, pai de Jenny, o barão Ludwig von Westphalen, leitor e adepto dos iluministas e socialistas franceses. Karl cresceu nessa encruzilhada efervescente de ideias políticas e de culturas conflitantes. Era luterano de um lar judaico numa cidade extremamente católica, sob forte repressão política da monarquia prussiana conservadora.

Em 1835, aos 17 anos, Marx ingressou na Universidade de Bonn, para estudar Direito, mas, um ano depois, em 1836, deu continuidade a seus estudos na Universidade de Berlim. Em Berlim, Marx mergulha no intenso debate

que ali se travava entre os discípulos de Hegel: de um lado, os hegelianos conservadores de direita, que defendiam a dimensão religiosa da filosofia hegeliana e do Estado monárquico prussiano e, do outro, os jovens hegelianos de esquerda, interessados em transformar a dialética de Hegel numa arma revolucionária contra o conservadorismo religioso e político da Alemanha de seu tempo. Marx aproxima-se dos hegelianos de esquerda, mas estuda profundamente a própria filosofia idealista de Hegel e faz sua crítica. Em 1841, Marx inscreveu-se na Universidade de Jena, onde doutorou-se com a tese *A diferença entre as filosofias da natureza de Demócrito e Epicuro* (MARX, 1979). Nessa tese, além de criticar a filosofia idealista, discute a questão do determinismo de Demócrito e o espaço para o exercício da liberdade em Epicuro (KONDER, 1999).

Marx pretendia seguir a vida acadêmica, mas teve seu caminho para a Universidade bloqueado, por causa de suas ideias e das restrições políticas. Em meados de 1842, dedica-se, então, ao jornalismo, escrevendo para a *Gazeta Renana*. Foi nesse período, também, que Marx se encontrou com Engels pela primeira vez. Em seus artigos na *Gazeta Renana*, Marx analisa questões econômicas e sociais, como o avanço da propriedade privada sobre as terras coletivas e a situação dos vinhateiros do Mosela, prejudicados pela concorrência de outros Estados prussianos. Em março de 1843, Marx foi demitido e o jornal, fechado.

Marx busca refúgio em Paris, no final de 1843, onde colabora com a revista *Anais Franco-Alemães*. Publica dois textos: *Sobre a questão judaica e Introdução à crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 2013). No primeiro, discute a dimensão social e política da religião e, no segundo, critica a teoria do Estado de Hegel. Nesse número, Engels publica *Esboço de uma Crítica da Economia Política*, um dos primeiros textos de economia lidos por Marx.

Em Paris, centro das ideias e dos movimentos socialistas, Marx conhece Proudhon, Bakunin e a Liga dos Justos. Em 1845, é expulso de Paris e refugia-se em Bruxelas, onde escreve *A sagrada família*, uma crítica mordaz ao idealismo dos jovens hegelianos, e *Teses sobre Feuerbach* (MARX, 1990), uma

crítica de seu materialismo contemplativo, que valoriza mais a natureza do que a sociedade e a política (KONDER, 1999), e coloca a semente genial de sua nova visão do mundo, a concepção materialista da história. Em *A ideologia alemã* (MARX & ENGELS, 1986) é feita uma crítica da filosofia idealista alemã, como uma falsa ideia da realidade, e tem início a formulação da concepção materialista da história. Já na *Crítica à filosofia do direito de Hegel* (MARX, 2013), o objeto da crítica é a concepção de Estado e a lógica idealista de Hegel. Nessas quatro obras, Marx e Engels fazem um ajuste de contas com a consciência filosófica alemã. Em 1886, Engels (1986) escreve *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*, no qual faz uma reavaliação dessa crítica e reconhece uma espécie de dívida não saldada com Feuerbach, de quem ele e Marx receberam grande influência.

A crítica ao idealismo da esquerda hegeliana e ao materialismo de Feuerbach são a base de sua teoria dialética e materialista da história. À medida em que ia se envolvendo com as questões econômicas e sociais, Marx foi progressivamente rompendo com a esquerda hegeliana e amadurecendo seu pensamento crítico. Foi também durante seu exílio em Bruxelas que Marx aprofundou seu conhecimento sobre a economia política. A relação crítica com o socialismo avançou, em 1847, quando escreveu *Miséria da filosofia: resposta à filosofia da miséria do Sr. Proudhon* (MARX, 1946). Embora já houvesse abordado questões econômicas anteriormente, este foi o primeiro texto específico de Marx sobre economia política, o qual trata de categorias econômicas, aborda a questão metodológica e a natureza histórica do capitalismo.

Em 1847, Marx e Engels integraram-se à Liga dos Justos, depois transformada em Liga dos Comunistas, cujo slogan, “todos os homens são irmãos”, passou a ser “trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos”. No primeiro Congresso da Liga dos Comunistas, Marx e Engels foram encarregados de escrever o *Manifesto do Partido Comunista* (MARX & ENGELS, 1998).

Como consequência de suas lutas políticas, Marx foi expulso de Bruxelas. Retornou, então, a Colônia, onde passou a editar juntamente com Engels

a revista *Nova Gazeta Renana: órgão da democracia*. Em maio de 1848, Marx é expulso da Alemanha e decide, então, exilar-se em Londres, onde chega com a família, no verão de 1849, com 31 anos, sem dúvida, o melhor lugar para ele fazer sua crítica da economia política. Foi o que ele fez nos 34 anos seguintes, até sua morte. Elaborar a *Crítica da economia política* era seu objetivo maior, mas sem abandonar a organização e a luta política por uma nova sociedade.

Enquanto a crise e a revolução não chegavam, Marx procurava acompanhar os acontecimentos políticos na Europa e escrever sobre economia política. São desse período as seguintes obras: *Trabalho assalariado e capital*, resultado de uma série de palestras na Liga dos Trabalhadores Alemães, *As lutas de classes na França* e o *18 Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 1978), dentre outros. Entre agosto de 1857 e maio 1858, Marx elabora também os *Grundrisse* (MARX, 2011), um esboço de *O Capital*, que, em certo sentido, tem uma perspectiva mais ampla sobre o sistema capitalista que o próprio *O Capital*. Em 1859, é publicado *Para a crítica da economia política*. Faltava sua obra maior, *O Capital*, um projeto longamente prometido e sempre adiado. Efetivamente, o livro I de *O Capital* só foi publicado em 1867. Os livros II e III foram organizados e publicados por Engels, respectivamente, em 1885 e 1894. Entre 1862 e 1863 Marx escreveu *Teorias do mais-valor*, uma história crítica do pensamento econômico, que deveria se constituir no livro IV de *O Capital*, mas que só foi publicado no início do século XX por Kautsky. Há também um escrito intitulado *O capítulo VI inédito de "O Capital"*, destinado a ser o sexto capítulo do primeiro livro, segundo indicação de Marx, mas que só veio a ser publicado em 1933.

Os *Grundrisse* e *O Capital* representam o pensamento maduro de Marx, cuja análise da estrutura e dinâmica do capitalismo é realizada a partir de uma nova perspectiva sistêmica de dominação do capital sobre a sociedade e sobre as classes que a compõem. Poder-se-ia dizer que este pensamento maduro de Marx inaugura uma nova fase, com seus aspectos de continuidade e de ruptura, como será visto logo adiante.

Um olhar retrospectivo dessa trajetória intelectual permite visualizar a gênese e a evolução do pensamento crítico de Marx. Para alguns autores há uma ruptura, nessa evolução, entre o pensamento do jovem Marx e o seu pensamento maduro. Outros, como Beck (2011), dividem essa evolução em diversas fases. Ambos os procedimentos pouco ajudam a compreender a evolução dessa trajetória intelectual se a mesma não for analisada de acordo com o próprio método dialético de Marx. A construção de seu pensamento já é resultado do uso do próprio método crítico e sua evolução consiste num processo de permanente negação, conservação e superação. É o emprego desse mesmo método que permite a Marx construir seu pensamento crítico bebendo nas três fontes que lhe dão origem e o alimentam ao longo de sua trajetória intelectual.

3. Fontes e formação do pensamento crítico de Marx

Marx forma seu pensamento crítico a partir da análise e incorporação dialética de três fontes originais: a filosofia idealista alemã, o socialismo utópico francês e a economia política inglesa. Analisar a forma crítica e dialética como Marx incorpora essas ideias é importante para conhecer a própria formação do método de Marx, caminho essencial para formar seu pensamento crítico. Lênin (1913) aborda, de forma pioneira, essas três fontes do pensamento de Marx, embora o faça com certa ênfase dogmática, ressaltando os aspectos doutrinários e não os aspectos críticos do pensamento de Marx, pois o qualifica como “doutrina exata, onipotente, completa e harmoniosa” e o marxismo como o “sucessor legítimo” da filosofia alemã, do socialismo francês e da economia política inglesa. No entanto, sem negar a importância de Lênin, o que se busca aqui é justamente ressaltar a dimensão crítica da formação do pensamento de Marx.

Neste sentido, aborda-se primeiro, de forma mais sucinta, a relação crítica de Marx com a filosofia idealista e com o socialismo utópico e, de forma mais abrangente, a crítica da economia política pela sua maior pertinência ao debate sobre os marxismos realizado no final do texto, especialmente

com os denominados “marxismo tradicional” e “marxismo crítico” na acepção de Postone (2014).

- Crítica da filosofia idealista alemã

A crítica de Marx à filosofia idealista alemã abrange tanto o sistema filosófico de Hegel como as posições de seus discípulos – os conservadores de direita, que atribuíam um sentido religioso à visão histórica hegeliana, e os jovens hegelianos de esquerda, que viam no método dialético um instrumento da luta pelas mudanças históricas. A crítica direta de Marx a Hegel é feita na *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 2013), cujo objeto principal é a teoria do Estado e do sistema jurídico. Já a crítica aos herdeiros do pensamento hegeliano é feita em *A ideologia alemã, A sagrada família, Teses sobre Feuerbach*, e no texto tardio de Engels (1886) *Ludwig Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*.

Entender a dialética conceitual de Hegel e sua visão da história é fundamental para entender a crítica de Marx. Mas, para entender Hegel e o idealismo filosófico alemão, é necessário voltar à questão do conhecimento de Hume e de Kant, uma questão epistemológica, que em Hegel e Marx vai assumir uma dimensão ontológica. Lukács (2012a) ressalta a importância fundamental dessa dimensão ontológica no pensamento de Marx.

Uma das questões centrais da filosofia de Kant e do idealismo alemão, antes de Hegel, era a relação sujeito-objeto do conhecimento, uma questão já colocada por David Hume, que Kant tentou resolver. Para Hume, como para o empirismo em geral, todo conhecimento origina-se de experiências empíricas particulares. A razão é como um papel em branco, que registra as impressões sensitivas vindas do mundo exterior, de modo que o sujeito do conhecimento tenha papel totalmente passivo no processo do conhecimento. Para Kant, ao contrário, a razão não é um papel em branco, vazia de conteúdo, nem passiva, que apenas registra as impressões dos sentidos vindas do mundo exterior, mas atua ativamente no processo do conhecimento, através das “categorias transcendentais do entendimento”. Tais categorias

não se formam a partir da experiência, pois são *a priori*, quer dizer, inerentes e inatas ao entendimento. O sujeito racional tem papel ativo fundamental, ordenando o mundo empírico caótico e comandando o processo do conhecimento, pois as categorias lógicas do entendimento permitem ir além dos conhecimentos empíricos particulares e atingir um conhecimento racional de validade universal. No entanto, para Kant, através das categorias racionais *a priori*, o sujeito só pode conhecer as coisas em sua aparência fenomênica e não as coisas “em si” mesmas, na sua essência, a qual permanece inacessível ao entendimento da razão.

Hegel resolve o que diz ser o falso problema da dualidade sujeito-objeto a partir de dois princípios fundamentais: a identidade entre sujeito e objeto, como afirmara Parmênides, “pensar e ser é a mesma coisa”, e a precedência do pensar sobre o ser ou do sujeito sobre o objeto. O sujeito ou o pensamento é igual ao ser, objeto, porque ele cria, é o demiurgo do ser, da realidade objetiva. As categorias do conhecimento não são nem *a priori*, nem decorrem da elaboração da razão humana, mas representam formas de ser do próprio objeto. Por consequência, a lógica é também uma ontologia, pois as categorias lógicas não são categorias do pensamento puro, como pretendia Kant, mas estruturas da própria realidade, são a própria realidade tornada consciente de si mesma no pensamento humano. A dialética é a forma de proceder do pensamento e também do ser. A dialética idealista de Hegel é uma dialética do conceito, um conceito lógico, absoluto, o puro ser, indeterminado, não referenciado a nada, por isso absoluto. Chega-se a ele, o puro ser, por meio da abstração. A partir do puro ser chega-se ao nada. Da relação contraditória entre ser e nada, infere-se um terceiro conceito, que é o devir (PERTILLE, 2013), unidade do ser e do nada. A contradição instaura o movimento da dialética. O que importa é o movimento da passagem entre o ser, que deixa de ser, e o não-ser que vem a ser. A partir das categorias “ser”, “nada”, “devir”, Hegel deduz todas as demais categorias de seu sistema filosófico idealista. A dialética hegeliana é uma dialética da razão, que cria a realidade.

Neste sistema dialético idealista, Hegel entende a história como um processo de desenvolvimento do Espírito absoluto, o *Geist*, que antecede a Natureza e a cria como sua negação. O Espírito absoluto nega-se, aliena-se na Natureza, negação que é a criação do seu oposto e a história humana é o resultado desse desenvolvimento dialético através do qual a Ideia ou o Espírito retorna a si, recupera a consciência plena de si através do sistema filosófico hegeliano. A história do mundo é o desenvolvimento progressivo de uma racionalidade que coincide com a realidade, o Espírito absoluto, a Ideia, a Razão, Deus, que se exprime inconscientemente na natureza e conscientemente na evolução da história humana, pois a Razão universal exprime a estrutura efetiva do mundo real.

A crítica de Marx começa pela análise da relação sujeito-objeto, pensamento e ser, ou seja, pela análise das categorias do conhecimento. Na perspectiva ontológica marxiana, sujeito e objeto não são nem idênticos nem totalmente diferentes, mas formam uma unidade a partir da *práxis* do trabalho, que produz um e outro. Lukács (2012b) identifica no trabalho a categoria fundante do ser social, o vínculo material e objetivo entre ser humano e natureza, que assinala a passagem do ser meramente biológico ao ser social. Sujeito e objeto são diferentes, mas relacionados pela *práxis* humana e não pela atividade especulativa. É pelo conceito de *práxis* humana que Marx supera tanto o problema de Kant, da separação do sujeito e da “coisa-em-si”, incognoscível, quanto a identificação de Hegel entre sujeito e objeto. Para Marx, a relação sujeito-objeto é uma relação ativa da *práxis*.

A crítica de Marx à dialética idealista de Hegel vale-se da crítica de Feuerbach (2007) em *A essência do cristianismo*, no qual o mesmo afirma que Deus é uma projeção do homem, é a essência humana, a perfeição que o homem deseja ser. A religião representa a alienação do homem em Deus. Não foi Deus que criou o homem, mas o contrário, foi o homem que criou Deus. O homem está alienado na fantasia de Deus. O efeito da crítica materialista de Feuerbach foi devastador. De um só golpe ele quebra o encantamento religioso, supera o idealismo e afirma o materialismo.

A influência de Feuerbach sobre Marx também foi enorme, como se pode observar em suas *Teses sobre Feuerbach* (MARX, 1946). No entanto, para Marx, Feuerbach, ao criticar a filosofia idealista de Hegel, jogou tudo pelos ares, inclusive a contradição. Deu um golpe mortal no idealismo de seu mestre, mas não conseguiu superá-lo. Hegel não estava morto, pois a crítica de Feuerbach permanecia abstrata, assim como sua ideia de Natureza e de Homem. Ele não soube encontrar o caminho da abstração para a realidade. Ao criticar o idealismo de Hegel, abandona uma contribuição central do hegelianismo, que é a natureza histórica das formas de entender a realidade e a própria dialética através da qual se desenvolve o pensamento. Feuerbach tentou o caminho do materialismo, mas seu problema, diz Marx, é que, quando ele se diz materialista, esquece a história e, quando a incorpora, não é materialista. Por isso, o resultado foi um materialismo contemplativo, que não entende o processo do conhecimento como uma atividade prática e sim como simples contemplação da realidade.

Em 1820, Hegel publica *Princípios da filosofia do direito*, no qual afirma a supremacia ontológica do Estado em relação à sociedade civil. Para ele, o Estado é a realidade em ato da ideia moral objetiva, o espírito como vontade substancial revelada, a Ideia real, o Espírito, que se divide ele mesmo nas duas esferas ideais de seu conceito, a família e a sociedade civil (HEGEL, 2000). Enquanto realização da ideia moral, encarnação do Espírito objetivo, o Estado é uma espécie de síntese final do seu sistema filosófico, em que o racional se reconcilia com o real. Marx inicia sua crítica ao Estado hegeliano ainda em 1841, em sua tese de doutorado. Avança em 1842, na *Gazeta Renana*, quando escreve sobre a “Liberdade de imprensa” e a democracia e defende a superação da monarquia prussiana. Formaliza a ruptura com Hegel, em 1843, na sua *Crítica da filosofia do direito*. A crítica completa-se com *A ideologia alemã*, em 1845, em que ele e Engels formulam a teoria materialista da história e fazem um acerto de contas com a filosofia alemã de seu tempo. A esquerda hegeliana também criticava o Estado prussiano existente, que não podia confundir-se com o Estado racional, e por isso devia ser substituído por um Estado de conteúdo humanista, que tivesse

um papel emancipador. Os jovens hegelianos permaneciam idealistas, pois acreditavam poder atingir seu objetivo pelo debate de ideias, pela prática jornalística e pela propaganda. Já a crítica de Marx atacava a natureza do Estado hegeliano, afirmando que a família e a sociedade civil são o fundamento real do Estado e não o inverso, como propunha Hegel. Em suas críticas na *Gazeta Renana*, Marx confronta a filosofia do direito de Hegel com a prática real do Estado prussiano, que atuava em favor dos interesses particulares dos novos proprietários das terras comunais.

A *Crítica da filosofia do direito de Hegel* (MARX, 2013) representava um passo decisivo em direção ao materialismo histórico, que é aprofundado em *A ideologia alemã*. Para Marx e Engels (1986), o idealismo alemão era uma ideologia, uma falsa representação da realidade e uma compreensão distorcida da história humana. Marx e Engels pretendiam desmascarar esses filósofos, pretensos revolucionários, que nada mais faziam senão reproduzir as representações da burguesia alemã. Para eles, a ciência da história não trata da história das ideias, mas da história real e concreta da sociedade. O primeiro ato histórico do homem não foi o pensamento, mas o ato de produzir seus próprios meios de vida e, assim como produzem os meios de vida, produzem a si mesmos e suas representações, que são condicionadas pela produção dos meios materiais da vida. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

A ideologia alemã desce do céu à terra, enquanto Marx e Engels propõem subir da terra ao céu. Não se parte daquilo que os homens pensam e dizem para se chegar ao que eles são em carne e osso, mas de sua situação real, para se saber o que pensam e dizem. Os ideólogos alemães continuam pensando que as ideias e os conceitos dominam os homens e o mundo, que o mistério do mundo real são os pensamentos. Eles vivem na ilusão de que o mundo real é dominado pelo mundo ideal e que seu pensamento crítico tem a força suficiente para mudar a realidade.

Marx expressa a ruptura com a filosofia idealista de Hegel, especialmente com sua teoria do Estado, e com toda a esquerda idealista, quando afirma

em *Para a crítica da economia política* (MARX, 1980) que sua longa investigação havia chegado à conclusão de que as relações jurídicas e as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesmas, nem pela evolução geral do espírito humano, mas assentam-se nas condições materiais de vida. O caminho da crítica estava traçado: o Estado tem suas raízes na sociedade civil, cuja anatomia deve ser buscada na economia política.

Em *O Capital*, Marx (1980) retoma a ideia de um sujeito histórico abordado por Hegel (2016) em *Ciência da lógica*. No sistema hegeliano, o *Geist* é o sujeito histórico que se desenvolve a partir de suas contradições internas. Em *O Capital* de Marx, também o capital atua como um sujeito histórico, que se desenvolve dialeticamente através das contradições sociais que o constituem. A analogia entre o conceito de capital de Marx e o conceito de *Geist* de Hegel é muito forte, mesmo considerando a natureza social do capital e o caráter ideal do *Geist*. Em sua obra máxima, Marx (1980) afirma que o valor, ao passar constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, transforma-se no sujeito automático do processo. O valor torna-se o sujeito de um processo em que, mediante sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro ora como mercadoria, altera sua própria grandeza ao valorizar a si mesmo. O movimento em que ele adiciona mais-valor é seu próprio movimento. Sua valorização é, portanto, autovalorização. O valor apresenta-se como uma substância em processo, que move a si mesma através das mercadorias e do dinheiro, que não passam de meras formas do sujeito capital.

Como se observa, o capital é a substância, sujeito em processo, estrutura das relações sociais constituídas pela prática, mas o capital aqui não pode ser entendido como algo físico, os meios de produção, nem como a propriedade privada ou a dominação de classe, mas como uma relação social invertida entre sujeito e objeto. O capital é o verdadeiro sujeito do processo histórico. O sujeito de Marx, como o de Hegel, é um sujeito abstrato e não um ator social concreto, seja ele indivíduo ou classe social. O *Geist* de Hegel e *O Capital* de Marx desenvolvem-se no tempo, de forma independente da

vontade dos sujeitos concretos. Ambos se movem por uma lógica dialética interna, seja do Espírito, seja das relações sociais alienadas. A diferença é que a autorrealização do sujeito de Hegel representa o fim da história, enquanto o sujeito de Marx se supera dialeticamente e a história não termina, pois o fim do capitalismo não é o fim, mas o começo da história humana.

- Crítica do socialismo utópico francês

A crítica de Marx e Engels ao socialismo utópico francês e aos demais socialismos europeus envolve a natureza, os objetivos e os meios de realização de uma sociedade pós-capitalista. Os primeiros contatos de Marx com o socialismo francês deram-se ainda em Trier. Marx também lia autores socialistas. A análise dos problemas econômicos e sociais, quando trabalhava na *Gazeta Renana*, abriu o caminho ao socialismo. Além de Saint-Simon, Marx conhecia também outros autores socialistas, como Fourier e, especialmente, Proudhon, principal alvo de suas críticas. A crítica de Marx aos diferentes socialismos foi exigindo dele um progressivo conhecimento da economia política, que lhe oferecia os conceitos para a compreensão e crítica do capitalismo e a definição do socialismo. Ao mesmo tempo, seu envolvimento com o socialismo e com a economia política evidenciaram a relevância das condições materiais da vida e alimentaram sua crítica à filosofia idealista de Hegel. Marx criticava a fragilidade teórica dos autores socialistas, sua má compreensão da economia política, da natureza do capitalismo e da dialética hegeliana, como foi o caso de Proudhon, que escrevia sobre ambas sem entender nem de uma nem de outra. Em carta a von Schweitzer, de 24 de janeiro de 1865, Marx (1982) afirma que a melhor obra de Proudhon é *O que é a propriedade?* e que seu principal mérito é seu estilo. Afirma, também, sentir-se culpado pela confusão teórica do principal expoente do socialismo francês, por ter tentado ensinar-lhe um pouco da dialética hegeliana para que entendesse suas “antinomias econômicas”.

Um texto de Engels sobre os princípios básicos do comunismo talvez tenha sido a primeira tentativa de sistematização e crítica dos movimentos

socialistas. Redigido na forma de perguntas e respostas, serviu de base para a redação do *Manifesto do Partido Comunista*. (MARX & ENGELS, 1998). Em 1877, no final da vida, Engels faz uma avaliação conclusiva sobre a natureza e a perspectiva do socialismo no seu texto *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. Nesse texto, Engels (1980) enfatiza que o traço comum dos três grandes socialistas utópicos, Saint-Simon, Fourier e Owen, era que os mesmos não atuavam em favor dos interesses do proletariado e não se propunham emancipar primeiro a classe oprimida e sim toda a humanidade em seu conjunto. Marx e Engels distinguem ao menos três tipos de socialismo: o reacionário, que se volta nostálgicamente para o passado pré-capitalista, o conservador, que quer reformar o presente capitalista, e o utópico, que sonha com uma futura sociedade socialista de contornos indefinidos.

Em síntese, pode-se dizer que a importância dos movimentos socialistas reside mais nos problemas que evocam do que nas análises que fazem desses problemas e nas soluções que propõem. Eles se voltam mais para o passado do que para o futuro e têm uma má compreensão da situação que vivem no presente capitalista. A crítica de Marx e Engels realça a fragilidade teórica das análises e das suas propostas de socialismo.

- Crítica da economia política inglesa

Exilado político em Londres, Marx dedica-se ao seu grande projeto de fazer a crítica da economia política, que já havia começado em Paris em 1844, e que vai consumir o restante de toda sua vida. Fazemos aqui um breve esboço de sua crítica da economia política, tal como foi feito em relação às outras duas fontes do pensamento crítico de Marx. Embora haja uma interação entre elas, sem dúvida, a crítica da economia política teve uma importância primordial na formação de seu pensamento, motivo pelo qual lhe é dedicada análise mais ampla que às outras fontes. A análise da crítica da economia política de Marx busca também explicitar os fundamentos do “marxismo crítico” de Postone (2014), pois é nesta crítica que Marx vai elaborando seus conceitos, entre eles o conceito de capital, que lhe permite

formular sua crítica ao todo do sistema capitalista. Tais conceitos são resgatados por Postone para fundamentar suas teses sobre o “marxismo tradicional” e o “marxismo crítico”. A crítica da economia política constitui-se, então, no elo de ligação que costura toda a unidade deste texto.

Na crítica da economia política, Marx procura desvendar a “anatomia da sociedade civil burguesa”, pois é nela que se encontra a explicação da natureza do capitalismo e da base material do Estado e das instituições jurídicas e políticas. Para conhecer a anatomia dessa sociedade e descobrir sua natureza interna, é preciso ir além de suas aparências, dissecar suas entranhas e descobrir seus segredos ocultos. É provável que os primeiros contatos de Marx com a economia política tenham se dado através do estudo de Hegel (SCHÄFFER, 2011; MÜLLER, 2011). A necessidade de aprofundar os estudos de economia política veio depois, com a análise dos problemas sociais e a leitura de autores socialistas. Mas um estudo mais rigoroso e sistemático da economia política só começou em Paris, quando Marx leu o texto de Engels, *Esboço para uma crítica da economia política*, e publicou os *Manuscritos econômico-filosóficos*. Aprofundou seus conhecimentos ao fazer a crítica a Proudhon. A crítica final da economia política só veio a realizar-se nos *Grundrisse* e, especialmente, em *O Capital*.

Marx começa sua crítica pelo estudo minucioso e sistemático do acervo considerável de conhecimentos dos economistas clássicos, Smith e Ricardo, que haviam descoberto um conjunto de leis de funcionamento da economia e criado suas categorias básicas, como mercadoria, teoria do valor-trabalho, valor de troca, capital, salário, lucro, renda da terra, categorias que lhes permitiam ter um razoável conhecimento de como funcionava e se comportava o sistema capitalista. Marx faz uma severa crítica a todas as principais categorias da economia política. Para Marx, o discurso da economia política era um discurso fetichista e mistificador, que apenas traduzia as aparências do sistema, deixando de explicar a natureza profunda da economia e da sociedade capitalista. Com efeito, a economia política analisa como se produz dentro das relações capitalistas e não como se produz a

própria relação capitalista. Ela explica como funciona o capital, mas não explica o que é o capital, como ele se formou, sua gênese e sua evolução histórica. A economia política naturaliza e eterniza o que é histórico e transitório, o capital e as relações capitalistas de produção. Presos às aparências das coisas, os economistas clássicos não perceberam que a suposta economia natural está completamente subordinada às determinações do capital e de suas leis de valorização. Para a economia política, o capitalismo visa produzir valores de uso e não valor, riqueza abstrata. A economia política não questiona suas categorias de análise. Toma-as como um dado e não como um problema a ser elucidado. Ela as considera como categorias naturais e eternas e não históricas. O próprio Marx (1988, p. 10) salientou que “a economia política burguesa vê na ordem capitalista a configuração definitiva e última da produção social”. Napoleoni (1981) afirma que tudo o que a economia política toma como pressuposto, como um dado da realidade, Marx questiona e procura elucidar: a propriedade privada, a separação entre trabalho, terra e capital, o salário, a renda da terra e o lucro, a divisão do trabalho, a concorrência e o valor de troca. E conclui afirmando que os “economistas burgueses, enredados nas ideias capitalistas, explicam como se produz dentro da relação capitalista, mas não como se produz esta relação” (NAPOLEONI, 1981, p. 10). A crítica de Marx consiste, antes de tudo, em romper as aparências do discurso clássico para mostrar a natureza oculta do capital, o mais-valor e o segredo da acumulação capitalista. Nas palavras de Duayer (2012, p. 25), Marx faz “a crítica da Economia Política como crítica ontológica da moderna sociedade capitalista”. O núcleo central e o fio condutor da crítica de Marx é a especificidade histórica do trabalho no capitalismo. É a partir da crítica do conceito de trabalho dos economistas clássicos que Marx faz a crítica das demais categorias da economia política, ressaltando seu caráter históricoespecífico no contexto capitalista. Na definição de seu método (CORAZZA, 2003), Marx inverte a dialética de Hegel, que “está de cabeça para baixo”, pois afirma que o “processo de pensar é o criador do real”, enquanto, “para mim, ao contrário, o ideal não é mais do que o material transposto para a cabeça do ser humano e por ela

interpretado” (MARX, 1988, p. 16). O método dialético é interno e inerente ao próprio objeto, tanto em Hegel como em Marx (SIQUEIRA, 2015, p. 16). Ele se efetua em três movimentos: negação, conservação e superação – ou seja, a partir de uma imersão crítica nos conceitos da economia política, Marx analisa sua gênese lógica e os reconstrói com um conteúdo renovado e enriquecido. Enquanto a economia política naturaliza o capital e as relações sociais capitalistas, Marx procura mostrar a gênese e a natureza histórica do capital e das demais categorias econômicas.

O capital, para Marx, é antes de tudo uma relação social de dominação dos meios de produção, apropriados pela classe capitalista, sobre os trabalhadores diretos, despossuídos de seus meios de trabalho, ou seja, ele não se confunde simplesmente com os meios de trabalho, mas se configura como uma relação social invertida entre meios de trabalho e trabalhadores, relação em que os meios de produção utilizam os trabalhadores para produzir valor e valorizar o capital e não uma relação natural em que os trabalhadores se valem desses meios de produção para produzir seu sustento. A crítica do conceito de trabalho significa que, em condições capitalistas, o trabalho não é trabalho natural, como acentua Postone (2014), mas uma forma histórica específica de trabalho, trabalho assalariado, uma forma de trabalho alienado, porque o trabalhador não só não controla o processo e o produto do seu trabalho, como também só recebe uma parte do que produziu com seu trabalho. No capitalismo, alienado é o trabalhador, que se projeta, se nega e se perde no produto de seu trabalho. O trabalhador aliena-se ao ser dominado pelo produto de seu próprio trabalho, como “algo estranho, como um poder independente”. O conceito de trabalho alienado no capitalismo consiste em que ele não é o sujeito da produção, mas um simples meio para produzir valor e valorizar o capital. Musto (2011, p. 35) afirma que indo na direção oposta da economia política e do próprio Hegel, Marx considerou o trabalho alienado e o trabalhador dominado pelo produto de seu trabalho “não como uma condição natural ou imutável, mas como característica de uma estrutura específica de relações sociais de produção: o modo capitalista de produção e o trabalho assalariado”.

Ao terminar o livro primeiro de *O Capital*, Marx escreve a Engels dizendo que o melhor de seu livro eram duas coisas: o duplo caráter do trabalho – o trabalho concreto, que produz valor de uso, e o trabalho abstrato, que produz valor de troca – e o tratamento do mais-valor. Ao falar da importância do duplo caráter do trabalho, Marx acrescenta que o entendimento total dos fatos depende da compreensão desse duplo caráter do trabalho. Marx chega a esta importante conclusão ao fazer a crítica do fetiche da mercadoria e, através dela, vai desvendando a gênese das demais categorias econômicas. Nesse esforço crítico foi essencial a descoberta da mercadoria especial força de trabalho, a única que pode criar um valor maior do que seu próprio valor, o mais-valor. O objeto da troca entre capitalista e trabalhador não é o trabalho, mas a força de trabalho. Marx desvenda, assim, o enigma de uma troca desigual de valores não equivalentes oculta numa troca de equivalentes, cuja diferença é o mais-valor, trabalho não pago, que alimenta a valorização do capital. O conceito de mais-valor permite a Marx diferenciá-lo de suas formas particulares, a saber, lucro, juro, renda da terra. Em *O Capital*, sua crítica da economia política introduz dois novos conceitos: o de totalidade e o de sujeito histórico, a exemplo do que fizera Hegel (2016) em sua *Ciência da lógica*, livro que Marx relê ao escrever sua obra maior. Hegel constrói seu sistema filosófico como totalidade, a partir de uma categoria, o *Geist*, Espírito absoluto. Procedimento semelhante faz Marx, quando constrói o sistema teórico do capital a partir da análise da mercadoria e dela deduz as demais categorias, que explicam a natureza, a estrutura e a dinâmica da totalidade capitalista. Nessa totalidade capitalista, Marx evidencia o domínio do capital, sua lógica de funcionamento e de dominação sistêmica. A exploração do trabalho pelo capital e a dominação da classe capitalista sobre a classe trabalhadora inserem-se nesta forma de dominação abstrata exercida pela estrutura e pela lógica sistêmica do processo impessoal de valorização do capital sobre a totalidade da sociedade, capitalistas e trabalhadores, embora não negue que a exploração do capitalista sobre o trabalhador seja um mecanismo na engrenagem dessa dominação abstrata. Nesta ótica de Marx, a sociedade capitalista e suas classes

sociais são dominadas por um processo abstrato, que está para além do controle dos homens que dele participam, o processo do capital, valor que se autovaloriza como verdadeiro sujeito histórico da sociedade capitalista. Retomando essa visão crítica da economia política feita por Marx, Postone (2014) cria a expressão “marxismo crítico” e reafirma que a dominação fundamental do capitalismo não é o domínio direto e imediato de pessoas sobre pessoas ou de uma classe sobre outra classe, mas a dominação estrutural abstrata da própria lógica da produção de valor e de valorização do capital sobre a produção de valores de uso e especialmente sobre o trabalho que os produz. Nos *Grundrisse*, Marx (2011, pp. 104-105) afirma que a “dissolução de todos os produtos e atividades em valores de troca pressupõe a dissolução de todas as relações fixas (históricas) de dependência pessoal”. E acrescenta que “essa dependência recíproca se expressa na permanente necessidade da troca e no valor de troca como mediador social”. No prefácio à segunda edição de *O Capital*, Marx expressa concordar perfeitamente quando um leitor de seu livro afirma que ele define o movimento social como um processo histórico governado por “leis independentes da vontade, da consciência e das intenções dos seres humanos” (MARX, 1988, p. 15). No capitalismo, os homens estão mais livres de relações de dominação pessoal e mais dependentes de uma dominação estrutural abstrata, expressa no valor de troca, que se impõe como uma lógica histórica determinada pelo trabalho abstrato, uma norma geral e abstrata à qual o trabalho e a produção têm de se conformar. Tudo passa a ser dominado pelo tempo de trabalho socialmente necessário, o tempo do trabalho abstrato. Inclusive a exploração e a dominação de classe inserem-se nessa lógica ditada pelas necessidades de valorização do capital.

A crítica da economia política feita por Marx inclui a exploração, a desigualdade social e a dominação de classe, mas vai além, buscando explicar a natureza constitutiva dessas relações e a centralidade da forma abstrata de dominação social. O mecanismo de dominação abstrata não nega a dominação e a exploração de uma classe sobre outra, nem o papel da propriedade privada dos meios de produção, mas não se restringe a esses

aspectos, é mais amplo e mais profundo do que eles. As relações sociais básicas do capitalismo são constituídas pela forma específica do trabalho e não podem ser entendidas apenas como relações de propriedade e relações de classe. São as leis da produção de mercadorias regidas pelo capital que exercem a coerção social, que não é uma função da propriedade privada, nem da apropriação do excedente pela classe capitalista, ao contrário, ela se baseia na forma valor da riqueza, uma forma hostil e dominante sobre o trabalho vivo. A propriedade privada não é a causa, mas a consequência do trabalho alienado, o que implica que a superação do capitalismo não possa resumir-se na abolição da propriedade privada e na superação das classes sociais. Marx não apenas transforma a teoria do valor trabalho de Smith e Ricardo em teoria do mais-valor e da exploração, mas os critica por terem atribuído ao trabalho em geral a fonte do valor, sem terem examinado o tipo de trabalho que cria valor de troca e produz mercadorias. Eles consideram o trabalho assalariado como a forma natural e eterna do trabalho. Para Marx, a economia política não entendeu que se a mercadoria tem valor de uso e valor de troca, o trabalho que a produz também tem que ter esse duplo caráter de ao mesmo tempo produzir valor de uso e valor de troca. A economia política não entendeu que a forma valor do produto do trabalho é específica do modo capitalista de produção, um tipo particular e histórico de produção social, não natural e eterna, como também não são naturais nem eternas a forma valor, a forma mercadoria, a forma dinheiro e a forma capital. Marx faz uma crítica imanente da teoria do valor trabalho, mostrando a existência do trabalho não pago, origem do lucro, que não está relacionado a qualquer aspecto produtivo inerente ao capital, mas que decorre do trabalho não pago, valor excedente ou mais-valor, e que o trabalho é o único fator produtivo.

Como será enfatizado a seguir por Postone, o núcleo central do capitalismo é constituído por este duplo caráter do trabalho e não pela propriedade privada, o mercado e as relações de classes, pois eles se inserem na dominação estrutural objetivada das relações sociais constituídas pelo trabalho abstrato. A crítica da teoria do valor trabalho, a crítica do mais-valor e da

exploração, a crítica da propriedade privada, do domínio de classe e do mercado inserem-se numa crítica mais radical do capitalismo, em cuja constituição o trabalho tem uma importância fundamental, pois é a base das estruturas abstratas de dominação. Em consequência, capitalismo e socialismo não se diferenciam só pela forma como se produz e se distribui a riqueza social, mas sobretudo pela natureza dessa riqueza, que é valor, riqueza abstrata, forma dominante da riqueza no capitalismo. A classe trabalhadora é integrante do capitalismo e não o princípio de sua negação. A superação do capitalismo deve significar também a superação da classe proletária e não sua realização como sujeito histórico e classe universal. Estatizar os meios de produção pode não significar a superação do capitalismo, se não se abolir o capital, relação social de dominação dos meios de produção sobre o próprio trabalhador.

Enfim, a crítica de Marx à economia política é de fundamental importância para a compreensão do debate entre os diversos marxismos, como se verá a seguir. Ela reforça os argumentos de Postone na sua crítica ao que denomina de “marxismo tradicional” e adianta os fundamentos para a elaboração de sua visão do “marxismo crítico”.

4. Os marxismos depois de Marx

A caracterização do pensamento de Marx como “marxismo” ocorreu mesmo antes da sua morte. Ele negava ser um “marxista”. Após a morte de Marx, seu legado teórico foi disputado por um conjunto heterogêneo de discípulos e seguidores, ou correntes de pensamento, cada qual se proclamando como legítimo intérprete do verdadeiro pensamento de Marx. A título de exemplo, pode-se citar a corrente revisionista liderada por Bernstein, a corrente mais ortodoxa liderada por Kautsky, o marxismo-leninismo tornado doutrina oficial dos Partidos Comunistas e o chamado “marxismo ocidental”, em suas diversas correntes e escolas e em seus muitos autores. Não se trata aqui de fazer um resumo histórico de cada uma dessas correntes, pois a divisão entre “marxismo tradicional” e “marxismo crítico” feita

por Postone parece ser uma excelente forma de apresentar e caracterizar os diversos marxismos depois de Marx. A caracterização dessas duas correntes evidencia não apenas as respectivas visões sobre o capitalismo, mas também sobre os caminhos que podem levar a sistemas pós-capitalistas.

4.1. A crítica ao marxismo tradicional

Em seu livro *Tempo, trabalho e dominação social* e em outros textos, Postone (2014, 2016) propõe-se fazer uma reconstrução da teoria crítica de Marx, nos termos como o mesmo fez sua crítica da economia política, reproduzida acima. Para tanto, trabalha com dois conceitos principais: o de “marxismo tradicional” e o de “marxismo crítico”. Sua crítica ao marxismo tradicional soma-se a todo um esforço de reconstrução crítica do marxismo, que vem sendo feita nos últimos tempos. Embora se oponha às leituras ontologizantes da obra de Marx (CAMARGO, 2013, p. 122) e seja discutível se o marxismo tradicional envolve também a crítica ontológica feita por Lukács (2012a) à tradição marxista de base neopositivista, é inegável a contribuição deste último para a formação de um marxismo crítico. Netto (2012, p. 13) não utiliza a expressão “marxismo tradicional”, mas, sem dúvida, associa a visão tradicional ao que denomina de “paralisia teórica do marxismo”.

Para Postone (2014, p. 21), o marxismo tradicional abrange “todas as abordagens teóricas que analisam o capitalismo do ponto de vista do trabalho” e o definem essencialmente em termos de relações de classes, “estruturadas pela propriedade privada dos meios de produção e uma economia regulada pelo mercado”. As relações de dominação são entendidas primariamente em termos de “dominação e exploração de classe”. Incluem-se nessa visão do marxismo tradicional marxistas renomados, como Dobb, Sweezy, Mandel, Lukács, Althusser e seu estruturalismo e autores da teoria crítica da Escola de Frankfurt. Referindo-se especificamente a Mandel, um destacado teórico do capitalismo no segundo pós-guerra, Camargo (2013, p. 130) afirma que Postone considera sua teoria insuficiente, quando não equivocada. Como se pode ver, a crítica ao marxismo tradicional abrange quase toda

a história do marxismo e grande parte daquilo que Perry Anderson (1989) chamou de marxismo ocidental.

O que define o marxismo tradicional é o estatuto da categoria trabalho. Mais especificamente, a crítica ao marxismo tradicional envolve dois pontos centrais: “uma concepção natural do trabalho” e “a noção de dominação entendida em termos de classe social”. (VIEIRA, 2015, p. 164). O marxismo tradicional expressa a visão de um capitalismo estruturado sobre a propriedade privada dos meios de produção, nas mãos da classe capitalista, que atua como classe dominante sobre a classe trabalhadora para apropriar-se do mais-valor produzido pelo trabalho. Nessa ótica, o capital é constituído sobretudo pelos meios físicos de produção e não como a relação social básica da sociedade capitalista. A dominação social é exercida pela classe dominante, a luta de classes é o motor da história e a classe trabalhadora, protagonista da revolução socialista. Postone não nega a importância da dominação, da exploração e da luta de classes, mas afirma que elas se inserem numa dominação capitalista mais ampla e mais profunda. Camargo (2013, p. 122) resume o debate entre marxismo tradicional e marxismo crítico da seguinte forma: para o marxismo tradicional, “a extinção da propriedade privada e a planificação da economia seriam já condições suficientes para a eliminação de relações de dominação tipicamente capitalistas”, enquanto, para o marxismo crítico, “a posse dos meios de produção pelo proletariado não elimina o núcleo da dominação capitalista, que é a própria produção industrial moderna”. Para o marxismo tradicional, o que estaria em pauta é o “modo de distribuição da riqueza e não o próprio modo de produção”. Como vimos na análise crítica de Marx, a dominação social fundamental “não consiste na dominação de pessoas por outras pessoas, mas na dominação das pessoas por estruturas sociais abstratas, constituídas pelas próprias pessoas” (POSTONE, 2014, p. 46), ou seja, a forma de dominação social que caracteriza o capitalismo não decorre da propriedade privada dos meios de produção e da exploração. Ela se expressa pelas categorias valor, mercadoria, mais-valor e capital, típicas do capitalismo, mas que para o marxismo tradicional são formas de riqueza social produzidas

pelo trabalho em todas as épocas e lugares. Essa interpretação, afirma Postone (2016, p. 81), na melhor das hipóteses, é incompleta ou parcial, pois considera o trabalho no capitalismo como um trabalho natural, uma atividade que faz a mediação entre seres humanos e natureza e se constitui como a fonte de riqueza em todas as sociedades. O marxismo tradicional critica a sociedade capitalista a partir do trabalho em geral, enquanto o marxismo crítico faz a crítica do caráter específico do trabalho no capitalismo, ou seja, o marxismo tradicional faz uma crítica “externa” e “positiva” do trabalho no capitalismo e o marxismo crítico, uma crítica “intrínseca” e “negativa”. A questão fundamental é que o marxismo tradicional, a partir de sua visão equivocada do estatuto específico do trabalho no capitalismo, concentra sua análise nas questões da propriedade dos meios de produção, na dominação da classe capitalista, na exploração e na distribuição desigual dos produtos do trabalho. Ele traduz uma certa visão ontológica ou antropológica do trabalho, na qual o homem, enquanto proletário, teria seu pleno desenvolvimento humano bloqueado pelo capitalismo, mas o socialismo poderia assegurá-lo, através da propriedade coletiva, do fim da exploração e da emancipação do trabalhador.

A verdadeira crítica de Marx ao capitalismo é uma crítica intrínseca ao núcleo central constitutivo do sistema representado pelo duplo caráter do trabalho, o concreto e o abstrato. É a categoria do trabalho abstrato, o tempo de trabalho socialmente necessário, que se constitui como fundamento do valor e norma de dominação social e, portanto, é a partir desse duplo caráter do trabalho, que pode ser entendida a dominação social e não a partir de relações de propriedade, de exploração e dominação de classe, como quer o marxismo tradicional (POSTONE, 2014, pp. 22-23). Na visão tradicional, Marx critica o capitalismo por ser uma “sociedade que se apoia num sistema de exploração” e, por consequência, o objetivo de sua crítica é “abolir a exploração e a dominação de classe e dar origem a um novo modelo de distribuição justo e racionalmente regulado”. A crítica de Marx visaria “o modo de distribuição” e a “dominação de classe”, “externa ao processo de produção industrial”, de natureza técnica. Como consequência, a transição

do capitalismo para o socialismo seria essencialmente “uma mudança no modo de distribuição”.

A partir dessa definição de capitalismo, cabe perguntar como se estrutura e define uma sociedade socialista na visão do marxismo tradicional? Fica claro que o socialismo seria uma sociedade estruturada sobre a propriedade estatal ou coletiva dos meios de produção, o planejamento centralizado e o fim da dominação e da exploração de classe, pois, nessa visão tradicional, a extinção da propriedade privada e a planificação da economia seriam já condições suficientes para a eliminação de relações de dominação tipicamente capitalistas. Mais ainda, o socialismo significa “a realização histórica do trabalho”, em que a “classe trabalhadora pode realizar seu potencial, como classe universal”. Para o marxismo tradicional, a “contradição estrutural do capitalismo se resume a uma oposição de classe entre capitalistas, que controlam a produção, e os proletários, que produzem toda a riqueza”, uma oposição entre “exploradores e explorados” (*ibidem* p. 24).

Como se verá a seguir, na análise crítica de Marx a principal contradição do capitalismo se dá entre trabalho concreto e trabalho abstrato, que produzem riqueza material e valor. Em consequência, a dominação social no capitalismo não consiste, em um nível mais fundamental, na dominação de pessoas por outras pessoas, nem de uma classe sobre outra, mas na dominação de pessoas e de classes por uma estrutura social abstrata, mais ampla e mais profunda que a própria dominação de classe, como afirma o marxismo crítico.

4.2. O marxismo crítico de Postone

O marxismo crítico de Postone propõe-se fazer uma reinterpretação crítica da teoria do capitalismo de Marx. Essa proposta tem provocado um amplo debate no campo da teoria marxista, e parece ter sido bem recebida no seu todo, salvo críticas pontuais, como a de Prado (2016) e a de Ximenes (2017). A crítica mais ampla e contundente foi a de Bidet (2015). Araujo (2016), por sua vez, faz a “crítica da crítica” de Bidet. A teoria de Marx é necessariamente

uma teoria crítica do capitalismo, pois “o marxismo não tem sentido se não é crítico” (LÖWY, 1997, p. 2). A crítica de Marx, porém, não é uma crítica externa ao capitalismo, mas uma “crítica ontológica insuperável” à natureza constitutiva do capitalismo (DUAYER, 2012; DUAYER & MEDEIROS, 2008). Para esses autores (p. 160), “é essencial entender a obra de Marx como crítica ontológica”, pois toda crítica genuína “só pode ser ontológica”. Ontológica, sem dúvida, é a crítica de Lukács (2012a, 2012b), que analisa o trabalho como fundamento ontológico do ser social no capitalismo. Postone, porém, ao analisar a natureza específica do trabalho no capitalismo, não faz uma crítica ontológica, pois considera o trabalho uma categoria analítica e não ontológica do capitalismo.

O marxismo crítico procura redefinir o capitalismo em bases mais fundamentais que a propriedade privada, a exploração, a dominação e a luta de classes, pois entende que estas não constituem o núcleo central definidor do sistema capitalista. A visão do marxismo tradicional expressa o ponto de vista do trabalho e realça apenas a questão da exploração e os aspectos distributivos da economia capitalista, enquanto, para o marxismo crítico, o elemento constitutivo central do capitalismo é o duplo caráter do trabalho, cuja síntese é dada pela mercadoria. Ele não faz a crítica do capitalismo a partir do trabalho, mas coloca a forma específica do trabalho no capitalismo como objeto da sua crítica. Postone tenta repensar a própria natureza do capitalismo a partir de um novo enfoque sobre a especificidade do trabalho no sistema, pois Marx não analisa o trabalho em geral, mas a forma histórica específica que o mesmo assume no capitalismo, como trabalho abstrato. Vieira (2015, p. 164) afirma a centralidade da categoria trabalho abstrato, sua natureza essencialmente social e dominante na formação social capitalista. É a partir do trabalho abstrato que se definem as relações sociais reais básicas da sociedade capitalista, e não apenas pelas relações de propriedade, de classe e de exploração. A crítica de Marx vai além dessas questões. Ela busca explicar a natureza constitutiva do capitalismo a partir da centralidade do trabalho abstrato, base da dominação estrutural sistêmica. Para Duayer e Araujo (2019), nos *Grundrisse*, Marx define o capitalismo como

uma sociedade em que os indivíduos estão muito mais livres de relações de dominação pessoal do que nas formas anteriores de sociedade. No entanto, essa liberdade existe na estrutura de um sistema de “dependência objetiva”, efetuada por uma mediação social que impõe formas abstratas e aparentemente objetivas de coerção sobre a ação humana. Como consequência, o marxismo crítico não visa promover a realização plena do homem pelo trabalho, mas a abolição do trabalho abstrato, do valor e do capital e, com isso, o fim da dominação social estrutural e não apenas da propriedade privada e das classes sociais. O capitalismo é “uma forma historicamente específica de interdependência social de caráter impessoal” (POSTONE, 2014, p. 18), em que já não prevalecem as relações tipicamente pessoais e de classe, como havia na escravidão e no feudalismo. No capitalismo, são as leis da produção de mercadorias, regidas pelo capital, que realizam a mediação social e exercem de, forma compulsiva, a coerção, bem como determinam o objetivo da produção e sua forma material. Ora, tais aspectos não estão diretamente relacionados com a questão da propriedade privada, nem da exploração ou da dominação de classe, mas se baseiam na forma-valor abstrata da riqueza, uma forma que afeta coercitivamente as condições do trabalho. Por isso, a dominação social básica do capitalismo é estrutural e não uma dominação pessoal ou de classe, pois o trabalho é a categoria que estrutura a dominação no sistema capitalista, no qual predomina uma interdependência social de caráter impessoal, objetiva e historicamente específica. Para Postone (*idem ibidem*), trata-se de uma forma objetiva e “crescentemente abstrata de dominação, que sujeita as pessoas a imperativos e coerções estruturais impessoais, que não podem ser adequadamente compreendidos em termos de dominação concreta”.

Dessa forma, observa-se que o marxismo crítico vai muito além da crítica tradicional do mercado, da propriedade privada, da dominação de classe e da exploração, pois Marx não se limita a fazer apenas uma crítica da exploração e da distribuição desigual da riqueza e do poder. Ao contrário, ele critica o sistema capitalista como um todo, a partir de suas estruturas abstratas de dominação, em que a mediação é socialmente constituída por uma

forma de trabalho historicamente específica. Em uma sociedade em que a mercadoria é a categoria estruturante básica de todo o sistema, o trabalho e seus produtos não são distribuídos socialmente de acordo com normas tradicionais ou por relações explícitas de poder e dominação, como ocorre em outras sociedades. No capitalismo é o próprio trabalho que substitui tais relações e realiza a mediação social entre os indivíduos, pois não se trata de trabalho natural, mas de trabalho alienado. Quem aliena o trabalho é o capital, como relação social, e não a propriedade privada dos meios de produção e, portanto, a desalienação do trabalho não decorre simplesmente da abolição da propriedade privada. O que deve ser superado é o capital, que na sua essência é uma relação social de dominação historicamente determinada. O trabalho, embora esteja presente em outras sociedades não capitalistas, não é o princípio constitutivo de todas as sociedades, como o é do capitalismo, pelo fato de suas relações sociais básicas serem constituídas pelo trabalho. Portanto, as relações sociais básicas do capitalismo são diferentes das que constituem as sociedades não capitalistas. Embora inclua uma crítica da exploração, da desigualdade social e da dominação de classe, o marxismo crítico vai além, pois busca elucidar o tecido mesmo das relações sociais na sociedade moderna e a forma abstrata de dominação social intrínseca a elas. Desloca-se, assim, o foco da crítica do capitalismo, da esfera da propriedade privada e das relações de dominação de classe, para a esfera da dominação pelo trabalho abstrato. Em diversas passagens de sua obra, Postone (2014, pp. 447, 449, 451) insiste que, para a crítica madura de Marx, é o duplo caráter do trabalho, abstrato e concreto, que constitui a “ forma fundamental da estruturação da vida social e mesmo o núcleo essencial do capitalismo e não o mercado e a propriedade privada dos meios de produção”. Do mesmo modo, as categorias valor e mais-valor não fundamentam apenas a teoria da distribuição e da exploração, nem a ideia de que “o proletariado é o sujeito revolucionário que se realizará como classe universal numa futura sociedade socialista”. Ao contrário, a classe trabalhadora, por sua vez, enquanto elemento e parte integrante do capitalismo, não deve ser emancipada, mas superada junto com a superação do próprio

sistema. Um enfoque exclusivo sobre os aspectos burgueses do capitalismo pode encobrir a “importância crucial que têm na análise de Marx as distinções entre trabalho abstrato e concreto, valor e riqueza material”. Efetivamente, a teoria crítica de Marx, embora não negue a importância das relações de classe, estruturadas pela propriedade privada e pelo mercado, não as considera como “as relações sociais mais fundamentais do capitalismo”, de modo que sua superação não implica necessariamente a superação do capitalismo. Efetivamente, Marx “não oferece nenhuma teoria geral do trabalho, classe, história ou natureza da vida social”. Ele elaborou um conceito da natureza do capitalismo e sua superação muito diferente das interpretações marxistas tradicionais. “Na fase madura de sua teoria, a crítica da exploração e do mercado está inserida em uma crítica muito mais fundamental”, que envolve as estruturas abstratas de dominação. Duayer e Medeiros (2008, p. 155) também realçam que “a categoria da exploração, a despeito de sua relevância, não é a categoria fundamental do pensamento de Marx, sendo, na verdade, subordinada à categoria do estranhamento ou alienação”. Ao apontar para a possível superação do valor, a teoria crítica de Marx aponta para as “possibilidades de superação das estruturas de compulsão abstrata característica do capitalismo, de abolição do trabalho proletário e de reorganização da produção”.

A redefinição da natureza do capitalismo pelo marxismo crítico implica também a redefinição de uma eventual sociedade socialista. Assim, se no capitalismo a fonte e a medida da riqueza social, em termos de valor, é o tempo de trabalho abstrato, no socialismo este já não poderá mais ser nem a fonte nem a medida da riqueza. Para o marxismo crítico, a diferença básica entre capitalismo e socialismo não diz respeito só à propriedade e à distribuição, mas principalmente à natureza da produção e da riqueza capitalista: se produção de riqueza material, valores de uso, ou valor, riqueza abstrata. É o caráter específico do trabalho que define a natureza de suas relações sociais básicas, a forma específica de dominação, uma dominação sistêmica, abstrata e impessoal e não a dominação de pessoas sobre pessoas. Para o marxismo tradicional, o socialismo se define por elementos como a

propriedade coletiva dos meios de produção, o planejamento centralizado, a emancipação do trabalho proletário e a realização do proletariado como classe social universal. Já para o marxismo crítico uma vez que o capitalismo se define pelo duplo caráter do trabalho, o concreto e o abstrato e a consequente produção de riqueza material e valor, superar o capitalismo significa fundamentalmente abolir o valor como forma social de riqueza, pois o valor não é apenas uma forma de distribuição do produto do trabalho, mas uma categoria historicamente determinada de um modo de produção específico, o que implica que o trabalho que constitui o valor é um trabalho historicamente específico e não o trabalho natural. Como ressalta Postone (2014, p. 43), para Marx, “superar o capitalismo implica abolir o valor como forma social de riqueza” e abolir o valor significa que o trabalho imediato deixa de ser a fonte da riqueza e, tão logo isto aconteça, o tempo de trabalho abstrato deixa de ser sua medida. Em sua obra madura (*ibidem*, pp. 25, 40) Marx tenta explicar a sociedade capitalista “a partir de suas formas sociais fundamentais”, como mercadoria, trabalho abstrato e especialmente o valor, categoria central da sociedade capitalista, que “expressa tanto uma forma determinada de relação social como uma forma particular de riqueza”. Para o marxismo tradicional, no entanto, superar o valor significa superar uma forma de distribuição e superar o mais-valor quer dizer superar a propriedade privada e, com ela, a abolição da classe capitalista, mas não da classe trabalhadora, pois “a mesma forma de riqueza que no capitalismo é apropriada pela classe proprietária deve ser apropriada coletivamente e regulada conscientemente no socialismo”. Assim, “repensar a natureza do capitalismo significa reconceituar sua superação” (*ibidem*, p. 88). Capitalismo e socialismo são diferenciados não só pela forma como a riqueza social é apropriada e distribuída, mas sobretudo, e fundamentalmente, “pela natureza dessa riqueza em si e seu modo de produção”. Por isso, o socialismo não se define apenas pelo seu modo diferente de distribuir a mesma riqueza social produzida na forma de produção capitalista. Ao contrário, como acentua Postone (*ibidem*, pp. 455, 461), o socialismo deve ser pensado como uma sociedade na qual “a riqueza social tem a forma de

riqueza material” e, como consequência, deve ser “uma sociedade livre das compulsões abstratas socialmente constituídas e típicas do capitalismo”. A força da teoria de Marx está justamente no “caráter historicamente determinado” de sua constituição social, pois ele não elaborou uma “teoria geral indeterminada”, de “aplicabilidade universal”, mas uma teoria das “formas sociais básicas constitutivas da sociedade capitalista”.

Como resumem Araujo e Duayer (2016, p. 2), a teoria crítica de Marx analisa uma forma histórica específica de mediação social, constituída pelo trabalho proletário, uma forma de trabalho historicamente única e temporal. Portanto, Marx faz a crítica ao trabalho proletário e não ao trabalho natural e universal. A mediação social feita pelo trabalho manifesta-se em formas de dominação abstratas e impessoais, que não podem ser suficientemente conceituadas em termos de mercado, nem compreendidas enquanto dominação de classe.

Enfim, pode-se concluir que o elemento definidor do sistema capitalista é o duplo caráter do trabalho, o concreto e o abstrato, os quais, no seu único processo e no mesmo produto-mercadoria, produzem riqueza material, bens úteis para atender as necessidades humanas, e valor, riqueza abstrata. A teoria crítica de Marx não nega a importância da propriedade dos meios de produção, nem a exploração, a dominação ou a luta de classes como importante instrumento de mudança social. O que ela propõe é que a importância e o papel de todas essas variáveis só podem ser avaliados no contexto da dominação estrutural do trabalho abstrato, como se tentou argumentar ao longo deste trabalho.

5. Críticas a Postone

Uma das principais críticas feitas a Postone refere-se ao papel da classe trabalhadora e da luta de classes na história (PRADO, 2016; BIDEI, 2015; XIMENES, 2017). Para Bidet (2015, p. 32), “uma dominação impessoal é uma dominação de ninguém”. Ximenes (2017, p. 2) argumenta que, para Postone,

“a luta de classes se moveria somente dentro da lógica capitalista” e, portanto, teria um papel secundário, ao mesmo tempo que o proletariado deixaria de ser o “sujeito revolucionário” capaz de fazer frente à dominação estrutural imposta pelo capital. O trabalho proletário, por sua vez, deixaria de ser o horizonte emancipatório da teoria crítica. O sujeito, em Marx, é como em Hegel: abstrato, e não pode ser identificado com nenhum ator social. Além disso, ao afastar o proletariado e a luta de classes como motores da luta emancipatória, Postone não aponta nenhum ator social estratégico capaz de abolir a forma-valor do produto do trabalho. E se pergunta: seriam os movimentos sociais a força de emancipação?

Prado (2016, p. 100) também critica basicamente os dois pontos da tese de Postone já apontados por Ximenes: a questão do papel da luta de classes e a questão do sujeito histórico. Em relação ao primeiro ponto, afirma que, na visão de Postone, “a luta de classes entre os assalariados e os proprietários dos meios de produção é completamente interna à relação de capital” e, assim, a luta de classes perde seu poder transformador, o que estaria em “flagrante conflito com as posições tomadas por Marx em toda sua obra”, incluindo aí o próprio *O Capital*. Além disso, Prado (2016, p. 103) afirma que Postone substituiu o papel de sujeito da história, atribuído por Marx ao proletariado, pelo sujeito capital, da mesma forma que fizera Hegel em relação ao *Geist* absoluto.

Como já foi discutido longamente neste trabalho, ele não nega o papel histórico do proletariado e a importância da dominação e da luta de classes na história, mas apenas insere essas categorias no contexto estrutural maior da dominação social realizada pelo trabalho abstrato. Em texto mais recente, Postone (2016, pp. 76, 77) se pergunta: “como devemos entender a dominação social atualmente?” Como resposta, ele repete que a dominação de classe baseada na propriedade privada não é suficiente para explicar as formas atuais de dominação social. Ao contrário da interpretação marxista tradicional, “no seu nível mais fundamental, a teoria crítica de Marx não é uma crítica a um modo de dominação e exploração de classe”, fato que

exige “repensar a natureza da dominação social no mundo contemporâneo” e inclusive “repensar o que nós compreendemos por capitalismo”. Para ele, “ao contrário da interpretação marxista tradicional, no seu nível mais fundamental, a teoria crítica de Marx não é uma crítica a um modo de exploração de classe”. Em relação ao sujeito histórico, Postone (2016, p. 84), com fundadas razões, não deixa dúvida de que para Marx, no capitalismo, o sujeito não é o proletariado, mas o capital.

6. Conclusão

A formação do pensamento e a trajetória intelectual de Marx estão associados ao percurso geográfico que fez entre Berlim, Paris e Londres, onde teve acesso às três fontes básicas de seu pensamento crítico: a filosofia idealista alemã, o socialismo utópico francês e a economia política inglesa. Suas obras são sempre obras críticas, resultado construído a partir do método dialético aplicado sobre questões que foram se apresentando ao longo de sua trajetória. A forma de Marx apreender a realidade objetiva e expressar seu conhecimento é sempre uma forma crítica, que passa pela negação, conservação e superação do objeto. A trajetória intelectual e a formação do pensamento crítico de Marx devem muito, em primeiro lugar, ao ambiente intelectual e político reinante em sua família e na de Jenny, como também ao clima político de sua cidade natal, muito influenciada pelas ideias e ideais da Revolução Francesa, que marcaram fortemente o início de sua formação. O pensamento de Marx é sempre um pensamento crítico porque formado a partir da apreensão dialética das ideias e da realidade objetiva. É também o seu método dialético que confere unidade e continuidade nas rupturas da evolução de seu pensamento. Não faz sentido separar o pensamento do jovem Marx do seu pensamento maduro senão dialeticamente. O objeto é interno ao método e com ele constitui uma unidade de forma e conteúdo. É esse legado hegeliano crítico que permite a Marx pensar e construir seu objeto como uma totalidade social e histórica movida pelas suas próprias contradições internas.

Um confronto entre o que Postone denomina de marxismo tradicional e marxismo crítico permite uma melhor compreensão do que se passou com o pensamento crítico de Marx após sua morte. Por marxismo tradicional Postone entende a visão de capitalismo centrada na propriedade privada dos meios de produção nas mãos da classe capitalista, que se impõe como classe dominante sobre a classe trabalhadora e se apropria do mais-valor. Nessa perspectiva, a principal forma de dominação é uma dominação de classe e não a dominação estrutural. Em consequência, para o marxismo tradicional, o objetivo da análise deve ser melhorar a distribuição do produto do trabalho e a emancipação da classe trabalhadora e não a superação do trabalho abstrato. Já o marxismo crítico concebe a dominação como dominação sistêmica, exercida pelas exigências do tempo de trabalho socialmente necessário, o tempo de trabalho abstrato. A questão da propriedade privada e a da dominação de classe se inserem no contexto da dominação do trabalho abstrato. O objetivo crítico não deve ser apenas alterar a forma de distribuição dos frutos do trabalho, nem apenas a emancipação do trabalho proletário, mas sua abolição.

A partir dessa perspectiva, é possível demarcar alguns contornos de uma futura sociedade pós-capitalista, um tipo de utopia negativa, pois uma sociedade pós-capitalista, antes de tudo, teria que negar a essência do capitalismo, o trabalho abstrato, fonte do valor e da valorização do capital. É o duplo caráter do trabalho, concreto e abstrato, que produz riqueza material e valor, a essência do capital, valor que se valoriza, sujeito histórico, estrutura abstrata de dominação, o trabalho alienado e dominado pelo seu próprio produto, que envolve a propriedade privada dos meios de produção, a exploração e a dominação de classes.

Assim, pode-se dizer que a crítica de Marx demarca os contornos de uma futura sociedade pós-capitalista, mais no sentido negativo do que afirmativo, pois qualquer descrição detalhada da mesma não passaria de mera idealização. Mais precisamente, para Marx, uma sociedade pós-capitalista não representa a volta ao passado, nem é a reprodução de uma sociedade

primitiva de “pequenas comunidades comunistas”, autossuficientes, não mediada por relações de troca no mercado, nos moldes do socialismo utópico. Para Marx, o socialismo não se espelha em qualquer sociedade do passado, mas mira a sociedade do futuro, oriunda do máximo desenvolvimento das forças produtivas e das contradições do capitalismo, que cria as condições de sua própria superação. Superar o capitalismo não implica perder o imenso potencial de produtividade que a divisão do trabalho e o desenvolvimento tecnológico criaram. Marx reconheceu que o capitalismo revolucionou as forças produtivas e que a técnica e as máquinas, por si mesmas, não escravizam o homem, mas ao contrário, podem libertá-lo da necessidade de produzir os meios de sobrevivência, criando mais tempo livre para os trabalhadores, dependendo da finalidade da produção do sistema em que se inserem.

O que impede de pensar na utopia de uma sociedade pós-capitalista tecnologicamente avançada e altamente desenvolvida, que poupe trabalho para criar mais tempo livre? De acordo com o debate estabelecido por Postone (2014), uma sociedade pós-capitalista, na sua essência, não se define pela propriedade estatal/coletiva e a substituição do mercado pelo planejamento centralizado, como sugere o marxismo convencional. Para Marx, a superação do capitalismo significa a superação do valor e do capital, portanto, o fim do trabalho abstrato, o que implica reverter a finalidade da produção, trocando a produção de valor e riqueza abstrata pela produção de meios de subsistência para a sociedade. Uma sociedade pós-capitalista não seria a realização máxima das potencialidades do capital, mas a sua extinção, nem a realização da classe trabalhadora como classe universal, mas sua superação como classe proletária.

Referências

- ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- ARAUJO, P. H. & DUAYER, M. “Apresentação”, *Verinotio*, n. 22, pp. 1-4, ano XI/2016 ..
- ARAUJO, P. H. “Notas críticas ao artigo ‘Miséria na filosofia marxista: Postone leitor d’O capital’, por Bidet” *Verinotio*, n. 22, pp. 120-151, ano XI/2016.
- BIDET, J. “Miséria na filosofia marxista: Postone leitor d’O Capital”, *Crítica Marxista*, n. 41, São Carlos, UFscar, pp. 9-49, 2015.
- BRAGA, H. P. “Conversa com Moishe Postone”, *Verinotio*, n. 22, pp. 89-99, ano XI/ 2016.
- CAMARGO, S. “Teoria crítica e dominação na obra de Moishe Postone”, *Mediações*, n. 2, v. 18, pp. 118-132, Londrina, jul/dez 2013
- CORAZZA, G. *Métodos da ciência econômica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- DUAYER, M. & ARAUJO, P. H. “Valor como forma de mediação social: interpretação de Marx a partir de Postone”. In: *Anais do XXIII Encontro Nacional de Economia Política*, Vitória, 2019.
- DUAYER, M. “Marx e a crítica ontológica da sociedade capitalista: crítica do trabalho”, *Revista Em Pauta*, n. 29, v. 10, pp. 35-47, Rio de Janeiro, 2012..
- DUAYER, M.; ESCURRA, M. F. & SIQUEIRA, A. V. “A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx”, *Revista Kátal*, n. 1, v. 16, pp. 17-25, Florianópolis, jan/jun 2013.
- DUAYER, M. & MEDEIROS, J. L. “Marx, estranhamento e emancipação: o caráter subordinado da categoria da exploração na análise marxiana da sociedade do capital”, *Revista de Economia*, v. 34, n. especial, pp. 151-161, Curitiba, 2008.
- ENGELS, F. *Feuerbach e o fim da filosofia clássica alemã*. Moscou:Avante, 1886.
- _____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico*. São Paulo: Global, 1980.
- ESCURRA, M. F. “O trabalho como categoria fundante do ser social e a crítica à sua centralidade sob o capital”, *Verinotio*, n. 22, pp. 12-28, ano XI /2016.
- FEUERBACH, L. *A essência do cristianismo*. Rio de Janeiro:Vozes, 2007.
- FLECK, A. O. *A crítica da economia política em O capital de Karl Marx*. Dissertação. (Mestrado em geografia) - PPGF - UFSC, Florianópolis, 2011.
- FREDERICO, C. *O jovem Marx: as origens da ontologia do ser social*. São Paulo: Cortez, 1995.
- HEGEL, G.W.F. *Fenomenologia do espírito*. Parte I. Petrópolis:Vozes, 1992.
- _____. *Ciência da lógica*. Petrópolis:Vozes, 2016.
- KONDER, L. *Marx: vida e obras*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- LÊNIN, V. I. *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo*. Moscou:Avante, 1913.
- LÖWY, Michael. “Pour un marxisme critique”. In: *Marx après les marxismes*. Paris : L’Harmattan, 1997.
- LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012a.
- _____. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- MARX, K. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Flama 1946.
- _____. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Diferença entre as filosofias da natureza em Demócrito e Epicuro*. São Paulo: Global, 1979.
- _____. *Contribuição à crítica da economia política*. Lisboa: Martins Fontes, 1980.

- _____. *O Capital*, livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- _____. “Sobre Proudhon. (Carta a von Schweitzer de 24/01/1865)”. Moscou:Avante, 1982.
- _____. *O Capital*, livro I. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- _____. *Teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Jorge Zahar, 1990.
- _____. *Grundisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- MÜLLER, L. A. P. *Economia política e espírito hegeliano: a influência de Steuart e Smith na formação da filosofia de Hegel*. Dissertação (Mestrado em geografia) – PPGF, USP, São Paulo, 2011.
- MUSTO, M. “A formação da crítica de Marx à economia política: dos estudos de 1843 aos *Grundrisse*”, *Crítica Marxista*, n. 33, pp.31-65, São Paulo, 2011.
- NAPOLEONI, C. *Lições sobre o capítulo sexto inédito de Marx*. São Paulo: Pioneira, 1981.
- NETTO, J. P. “Apresentação”. In: LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social I*. São Paulo: Boitempo, 2012
- NICOLAU, M. F. A. “A ciência da lógica no sistema hegeliano”, *Kínesis*, n. 03, v. II, abril 2010.
- PERTILLE, J. P. “Superar, aniquilar e conservar – A filosofia da história de Hegel”, *IHU online*, edição 430, outubro, 2013.
- POSTONE, M. *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- _____. “Repensando o capitalismo e seus futuros”, *Verinotio*, n. 22, pp. 76-88, ano XI/2016.
- PRADO, E. F. S. “Valor, capital e luta de classes em Moisse Postone”, *Verinotio*, n. 22, pp. 100-119, ano XI/ 2016.
- PROUDHON, P. J. *O que é a propriedade?* Porto Alegre: LPM, 2000.
- SCHÄFER, M. E. “Hegel e a economia política”. In: *Anais da Semana Acadêmica do PPG em Filosofia, PUCRS, VII Edição*, 2011.
- SIQUEIRA, R. S. *O método da crítica da economia política: a ciência de Marx na “Introdução” dos Grundrisse de 1857*. Dissertação (Mestrado em). PPG-FIL, UnB, Brasília, 2015.
- VIEIRA, Z. “Tempo, trabalho e dominação social. Uma reinterpretação da teoria crítica de Marx. *Resenha*”, *Crítica Marxista*, n. 41, 2015.
- XIMENES, O. A. “A teoria crítica de Postone e os *Grundrisse* de Karl Marx: apontamentos”, *Revista Limiar*, n. 7, v. 4, Londrina, 2017.